



**RIO BRANCO DO SUL**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**MENSAGEM Nº 012/2023**

Rio Branco do Sul, 16 de março de 2023.

**Excelentíssimo Senhor Presidente**

**Joel Coutinho**

Rua Domingos Alessandro Nodari,  
83.540-000/Rio Branco do Sul-PR

**Senhor Presidente,**  
**Senhores Vereadores,**

Encaminho, a essa Colenda Casa de Leis, para a apreciação dos nobres Edis, Projeto de Lei que dispõe sobre **a alteração da redação dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º, 11, 18, 29, 30, 33, 37 e 39 da Lei Municipal nº 1095/2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** e dá outras providências.

Trata-se de uma solicitação do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, visando à adequação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, que ocorrerá no ano corrente (2023), à **Recomendação Administrativa nº 01/2023 da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Branco do Sul**, Estado do Paraná, que se encontra em anexo<sup>1</sup>.

Utiliza-se da redação da referida Recomendação para esclarecer-se que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, essencial ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, concebido na perspectiva de desjudicializar e agilizar o atendimento do público infanto-juvenil e encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do

---

<sup>1</sup> **Anexo I** – Recomendação Administrativa nº 01/2023 da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.



adolescente, definidos pela redação vigente da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), atualizada até a Lei Federal nº 14.344/2022.

Nesta toada, a Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), também em anexo<sup>2</sup>, ao regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar em data unificada em todo território nacional, fixa uma série de providências a serem tomadas pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Poder Público local, no sentido de assegurar a regular realização do pleito.

Importante ressaltar que, por força do art. 7º da Resolução nº 231/2022 do CONANDA, o CMDCA tem por obrigação publicar o edital convocatório do pleito de escolha com 06 (seis) meses de antecedência à data prevista para o pleito, portanto, ocorrendo às eleições para membros do Conselho Tutelar no dia 01/10/2023, a data limite para publicação do edital é 31/03/2023.

Pelo exposto, certa da acolhida e providência de que trata a presente Mensagem de Lei enseja, é que submeto este Projeto de Lei à apreciação do Poder Legislativo Municipal e fico a disposição para informações suplementares.

Valho-me da oportunidade para reiterar à Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

**KARIME FAYAD**

Prefeita Municipal

---

<sup>2</sup> **Anexo II** – Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**PROJETO DE LEI Nº 012/2023**

*“Altera a redação dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º, 11, 18, 29, 30, 33, 37 e 39 da Lei Municipal nº 1095/2015, que sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.”*

A Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica alterada a redação dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º, 18, 30, 33 e 39 da Lei Municipal nº 1095/2015, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento em razão dos direitos da criança e do adolescente do município de Rio Branco do Sul e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.*

**Art. 2º** O atendimento para a garantia dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

*I – políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral e social das crianças e dos adolescentes, em condições de liberdade e dignidade;*

*(...)*

**Art. 4º (...)**

**§ 1º (...)**

*(...)*

*III – recolocação familiar;*



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

(...)

**Art. 6º** (...)

**I –** (...)

(...)

**c)** um representante da Secretaria Municipal de Educação;

(...)

**e)** um representante da Assessoria Jurídica e/ou Procuradoria Geral do Município.

(...)

**§ 5º** A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante.

(...)

**Art. 11.** O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 5 (cinco) membros titulares e suplentes, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução mediante novo(s) processo(s) de escolha.

(...)

**Art. 18.** Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no Diário Oficial do Município e em jornal de circulação local, a relação dos candidatos habilitados a participar do curso de formação.

(...)

**Art. 29.** Os Conselheiros Tutelares terão mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução mediante novo(s) processo(s) de escolha.



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

(...)

**Art. 30.** (...)

(...)

**d)** condenação, com transito em julgado, por qualquer crime ou contravenção;

**Art. 33.** (...)

*I – Das 8h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, de maneira ininterrupta, realizando regime de escala para os horários de almoço, não podendo em hipótese alguma manter as portas do Conselho Tutelar fechadas em horário de expediente;*

(...)

*IV – Salvo motivo devidamente justificado e válido, o Conselheiro Tutelar deverá sempre atender ao telefone durante o seu plantão, se não o fizer, serão aplicáveis o processo e as sanções previstas na Lei Municipal nº 465/1997; e*

*V – O Regimento Interno estabelecerá o regime de trabalho, de forma a atender às atividades do Conselho, sendo que cada Conselheiro deverá prestar, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais.*

(...)

**Art. 37.** *Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, vinculado administrativamente, sempre a Secretaria Municipal responsável pela Assistência Social no Município, com a incumbência de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto de 5 (cinco) membros, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução mediante novo(s) processo(s) de escolha, sendo que as atividades de Conselheiro serão remuneradas através de subsídio.*

(...)



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Art. 39. (...)**

(...)

**III – Condenado por qualquer crime ou contravenção, em decisão irrecorrível.”**

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Município de Rio Branco do Sul, em 16 de março de 2023.

**KARIME FAYAD**

Prefeita Municipal